

**OS DESAFIOS DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL NO
ENFRETAMENTO DO TURISMO DE SEGUNDA
RESIDÊNCIA NA COSTA LITORÂNEA DE VERA
CRUZ E VILA DE BARRA GRANDE – BA**

**THE CHALLENGES OF MUNICIPAL PUBLIC
MANAGEMENT IN DEALING WITH SECOND RESIDENCE
TOURISM ON THE COAST OF VERA CRUZ AND BARRA
GRANDE - BA**

**LOS RETOS DE LA GESTIÓN PÚBLICA MUNICIPAL PARA AFRONTAR EL TURISMO DE
SEGUNDA RESIDENCIA EN EL LITORAL DE VERA CRUZ Y BARRA GRANDE – BA**

DOI 10.33360/RGN.2318-2695.2021.i2.p.104-124

Mirela Carine Santos Araújo

Professora do Instituto Federal de Sergipe (IFS)

E-mail: mirelacarine@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-2492-3083>

Hélio Mário de Araújo

Professor Titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe (UFS)

E-mail: heliomarioaraujo@yahoo.com.br

<https://orcid.org/0000-0002-6772-3217>

RESUMO

O presente artigo trata dos principais desafios enfrentados pela gestão pública municipal no gerenciamento do turismo em Vera Cruz e Vila de Barra Grande no litoral baiano, levando-se em consideração os impactos socioambientais decorrentes do turismo de segunda residência nas localidades. Na condução da pesquisa adotou-se a abordagem quali-quantitativa, optando pela análise do discurso a partir das percepções dos atores sobre os problemas de gestão pública e socioambientais do turismo de segunda residência. Os resultados mostram ineficiência da gestão municipal no enfrentamento dos problemas de infraestrutura básica, associados a precariedade dos serviços de limpeza pública, coleta de lixo, saneamento básico e sujeira nas praias.

Palavras chaves: Meio ambiente; Turismo e Gestão; Segunda Residência; Vera Cruz/Barra Grande-BA.

ABSTRACT

This article deals with the main challenges faced by the municipal public management in the management of tourism in Vera Cruz and Vila de Barra Grande on the coast of Bahia, taking into account the socio-environmental impacts resulting from second-home tourism in these locations. The research adopted a quali-quantitative approach, opting for discourse analysis based on the actors' perceptions about the public management and socio-environmental problems of second-home tourism. The results show inefficiency of municipal management in dealing with the problems of basic infrastructure, associated with the precariousness of public cleaning services, garbage collection, basic sanitation and dirt on the beaches.

Keywords: Environment; Tourism and Management; Second Residence; Vera Cruz/Barra Grande-BA.

RESUMEN:

El presente artículo aborda los principales desafíos de la gestión pública municipal en la gestión del turismo en Vera Cruz y Vila de Barra Grande, en el litoral bahiano, teniendo en cuenta los impactos socioambientales derivados del turismo de segunda residencia en estas localidades. La investigación adoptó un enfoque cuali-quantitativo, optando por el análisis del discurso a partir de las percepciones de los actores sobre los problemas de gestión pública y socio-ambiental del turismo de segunda residencia. Los resultados muestran la ineficacia de la gestión municipal a la hora de abordar los problemas de infraestructuras básicas, asociados a la



precariedad de los servicios de limpieza pública, recogida de basuras, saneamiento básico y suciedad en las playas.

Palabras clave: Medio ambiente; Turismo y Gestión; Segunda Residencia; Vera Cruz/Barra Grande-BA.

1 INTRODUÇÃO

O turismo é uma atividade que exerce impactos e conflitos nas mais diversas localidades do mundo e, por isso, estudiosos e pesquisadores de várias áreas se debruçam sobre essa questão. Atualmente, um dos temas discutidos amplamente é o Turismo Sustentável, devido à forma como os atores sociais estão lidando com as complexas questões sociais, culturais, econômicas e ambientais.

O turismo de segunda residência é uma modalidade turística que conduz a importantes reflexões devido ao contexto em que se insere. Geralmente, este tipo de turismo acontece em áreas de relevante beleza natural e próximas a centros urbanos, gerando problemas socioculturais e ambientais. Além disso, a segunda residência é um tipo de hospedagem que está relacionada ao turismo de finais de semana e de temporada de férias, que se difunde com a redução da jornada de trabalho e a maior disponibilidade para o lazer, aproveitada mundialmente.

No Brasil, observa-se maior crescimento e expansão do turismo de segunda residência nas últimas décadas do século XX e início do atual. Vários fatores contribuem para o surgimento desse tipo de turismo, dentre eles a redução da jornada de trabalho, a degradação do meio urbano, a falta de contato direto com a natureza, a melhoria dos acessos, o aumento do transporte particular e a proximidade, em geral, com o local da primeira residência.

O estado da Bahia, com todos os seus atrativos e biodiversidade, se destaca no turismo em cenário nacional e internacional. Salvador, sua capital, se beneficia desse crescimento, por ser o principal portão de entrada do estado e pela riqueza sociocultural e beleza natural de que é possuidora. Neste contexto, se insere a Ilha de Itaparica, localizada no sudoeste da Baía-de-Todos-os-Santos que se constituiu em um dos principais destinos do turismo de segunda residência no Estado, por conta da sua proximidade com a capital.

A referida Ilha é composta por dois municípios: Itaparica e Vera Cruz. Barra Grande é uma das vilas do município de Vera Cruz, onde há uma efetiva frequência de turistas de segunda residência, favorecida pela proximidade do maior hotel da ilha, o *Club Med Itaparica*, que serve de destino para turistas nacionais e internacionais. A vila abriga uma biodiversidade rica em espécies animais, manguezais e remanescentes de Mata Atlântica (BREVE, 2010), dispondo de uma vocação natural para a prática da atividade turística favorecida pelo seu potencial cultural. Além disso, considerando a proximidade da Ilha de Itaparica com Salvador, distando cerca de 16km (via *ferry-boat*), ela se tornou o destino preferido de famílias de classe média e média-alta de Salvador e Região Metropolitana, entre os anos 1970 e 1990, para descanso e lazer nos finais de semana.



O presente artigo trata dos principais desafios enfrentados pela gestão pública municipal no gerenciamento do turismo em Vera Cruz e Vila de Barra Grande, levando-se em consideração os impactos socioambientais decorrentes do turismo de segunda residência nas localidades.

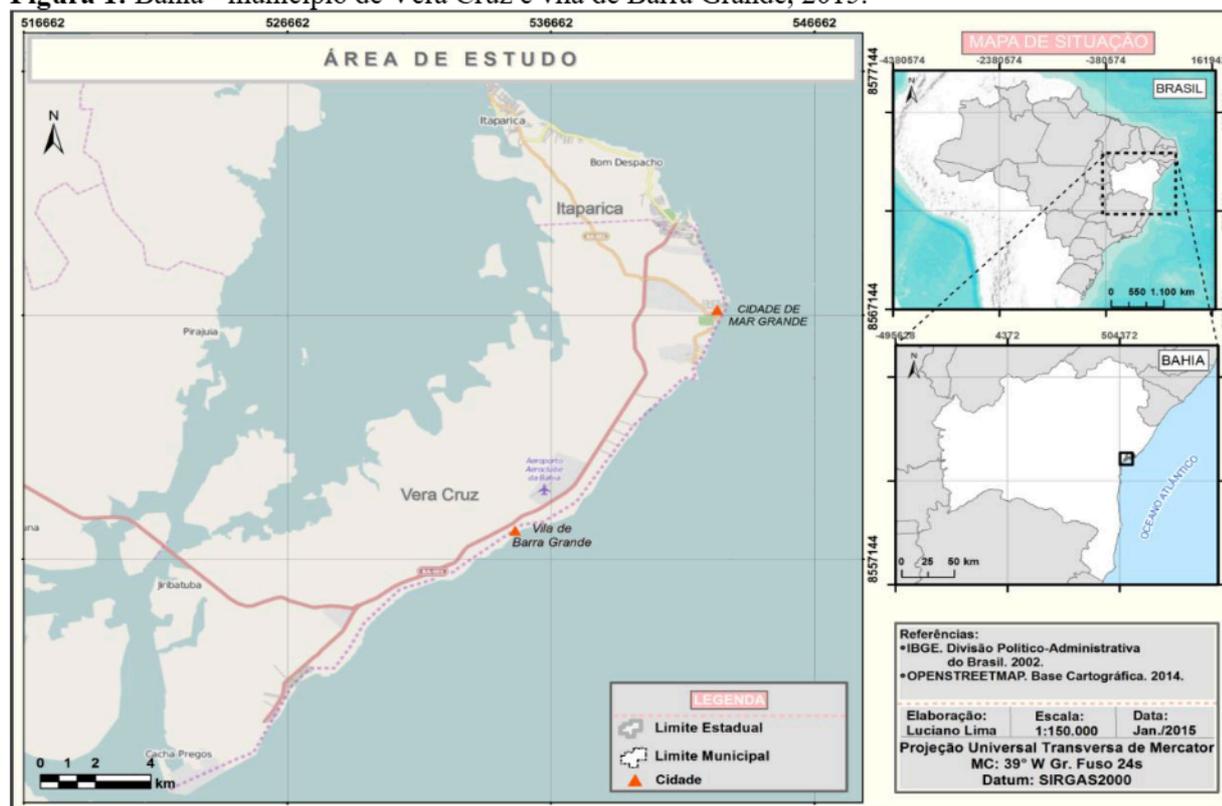
2. MATERIAL E MÉTODOS

2.1 GEOGRAFIA DA ÁREA DE ESTUDO

Desmembrado do município de Itaparica, Vera Cruz teve sua emancipação política-administrativa em 31 de julho de 1962 (VERA CIDADE, 2011).

Vera Cruz que hoje faz parte da Região Metropolitana de Salvador, é banhada por praias de águas tranquilas e belas paisagens naturais (Figura 1). Localizada entre a capital e o Recôncavo Baiano, e banhada pela Baía de Todos os Santos, o município conta com uma população aproximada de 42.103 habitantes, possuindo área de unidade territorial de 299,734 km² e densidade demográfica de 125,33 hab/km² (IBGE, 2014).

Figura 1: Bahia - município de Vera Cruz e vila de Barra Grande, 2015.



Crédito: Luciano Lima, 2015.

Suas principais vias de acesso são por mar, através do sistema *Ferry-boat* Salvador/Bom Despacho, Catamarã ou lanchas, e por terra através da rodovia BA-001.



O município estabelece limites geográficos com Itaparica ao Norte, Jaguaripe ao Sul, Salvador e Oceano Atlântico a Leste e Jaguaripe e Salinas da Margarida a Oeste. Devido a sua extensão territorial, com uma área aproximada de 300 Km², encontra-se dividido em diversas localidades classificadas como distritos, vilas e povoados (VERA CIDADE, 2011).

Sob o ponto de vista político-administrativo, possui quatro distritos: Mar Grande, Barra do Gil, Jiribatuba e Cacha Pregos, sendo composta pelos povoados de Barra Grande, Ilhota, Gamboa, Gameleira, Penha, Taipoca, Coroa, Baiacu, Berlinque, Conceição, Matarandiba, Jiribatuba, Tairu, Aratuba, Barra do Pote e Barra do Gil.

A ocupação da população rural do município reside na contra-costa. Os povoados são menos habitados do que os situados na costa e a comunidade, simples e hospitaleira, é composta em sua maioria por pescadores e marisqueiras, famílias que vivem na ilha há várias gerações. Os povoados possuem como principal atrativo o patrimônio natural, com fontes de água doce que brotam na beira da praia, manguezais e restingas de Mata Atlântica.

O município tornou-se um dos pontos mais visitados pelos turistas que escolhiam a Bahia como destino. Conseguiu desenvolver uma pequena rede hoteleira, beneficiou-se com a Ponte do Funil, que passou a ligar a Ilha de Itaparica ao município de Jaguaripe no continente, interligando-o as cidades do recôncavo baiano.

Vera Cruz se beneficiou dos serviços de transporte por lanchas entre Mar Grande e Salvador e teve sua atividade turística estimulada, a partir de 1970, com a implantação do projeto Ferry-boat Salvador-Bom Despacho (VERA CIDADE, 2011).

Os dados apresentados na revista Vera Cidade (2011) mostram que, as segundas residências ainda hoje predominam no município. Nas estatísticas do censo demográfico do IBGE (2010), o município ocupa o terceiro lugar em número de residências ocasionais, perdendo, apenas, para Salvador e Camaçari, o maior beneficiado pelos investimentos com a Estrada do Coco. Entre as décadas de 1970 e 1990 do século XX, a região era uma área procurada, principalmente, por famílias abastadas, que saíam de saveiros de Salvador, da rampa do Mercado Modelo, e chegavam a passar até quatro meses na segunda residência.

A vila de Barra Grande, possui uma população estimada em 2.300 habitantes, uma atividade comercial intensa com mercados, mercearias e padarias, e serviços como hotéis, pousadas e barracas de praia (VERA CIDADE, 2011). Além disso, possui uma relativa frequência de turistas de segunda residência, que ocupam casas particulares e condomínios voltados para o veraneio.



2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O turismo sustentável pode constituir-se em uma ferramenta importante para o desenvolvimento local de comunidades costeiras, como Vera Cruz e Barra Grande. Para tanto, é necessário a interação e participação no planejamento e gestão local de todos os atores sociais envolvidos na atividade. A comunidade local, os gestores públicos, as ONGs, empresas privadas e o turista devem contribuir de forma consciente para a promoção de um turismo responsável.

Para alcançar os objetivos propostos, esse estudo contemplou três importantes etapas metodológicas, tais como: levantamento bibliográfico e documental; realização de trabalho de campo com registro fotográfico nos meses de novembro e dezembro de 2013 e abril de 2014, onde fez-se a aplicação de questionários e realização de entrevistas aproveitando o melhor período de alta estação. E por último, procedeu-se a tabulação e análise dos dados associando aos fundamentos teóricos.

Levando-se em consideração o que estabelece a Resolução nº 196/96, sobre as normas regulamentadas para pesquisas envolvendo seres humanos e a complexidade que envolve a temática abordada nesta pesquisa, assumiu-se aqui o compromisso de respeito aos sujeitos abordados, garantindo-lhes medidas de proteção como: sigilo, anonimato e, ainda, o esclarecimento acerca do que seria feito com os resultados obtidos na investigação.

Tendo em vista a influência da sazonalidade do objeto da pesquisa, aplicou-se 50 questionários semiestruturados aos turistas no verão, no mês de dezembro de 2013, tendo a sua continuidade em janeiro e fevereiro de 2014, período considerado de alta-estação, onde há uma maior ocupação das segundas residências, motivada pelo lazer, descanso e férias.

A aplicação dos questionários com os moradores locais, totalizando 50, ocorreu também nos meses de dezembro de 2013, janeiro e fevereiro de 2014 e durante a baixa estação (meses de março a maio de 2014), quando houve uma redução do fluxo de turistas, para melhor analisar o comportamento da comunidade em situações diferenciadas.

Os 26 questionários aplicados aos comerciantes locais (hotéis/pousadas, restaurantes, bares, barracas de praias e mercados) se limitaram também ao período de baixa estação, buscando identificar os impactos positivos e negativos do turismo de segunda residência na vila de Barra Grande.

As entrevistas realizadas com os gestores públicos, no período de baixa estação, com o Secretário de Turismo, Esporte, Cultura e Meio Ambiente e a Diretora de Meio Ambiente, envolveu questões relativas aos problemas apontados na investigação, com o intuito de verificar as ações realizadas e previstas a respeito do planejamento local do turismo e meio ambiente, assim como as estratégias adotadas para um turismo sustentável.

Após a realização do levantamento bibliográfico e documental, bem como do trabalho de campo para observação, aplicação dos questionários, realização de entrevistas e registros



fotográficos, fez-se a tabulação, análise e interpretação dos dados estatístico-descritivos, embasados no referencial teórico e na abordagem qualitativa e quantitativa.

Para a compreensão da complexidade apresentada, buscou-se, a partir das respostas obtidas pelos atores sociais envolvidos no turismo, realizar uma análise do discurso em torno das percepções dos atores sobre os problemas socioambientais do turismo de segunda residência na Vila de Barra Grande.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O conceito de ambiente é amplo, multifacetado e maleável (SANCHEZ, 2008). É amplo porque pode incluir tanto a natureza, como a sociedade; é também multifacetado porque pode ser apreendido sob diferentes perspectivas; e é maleável porque, ao ser amplo e multifacetado, pode ser reduzido ou ampliado de acordo com a necessidade do analista ou interesses dos envolvidos.

Theodoro *et al.* (2005) afirmam que estamos passando por um período de discussões globalizadas sobre o tema. Com isso, eles apresentam o termo “novo ambientalismo”, utilizado por Bursztyn, para definir o momento atual:

Nos últimos dez anos, vários encontros mundiais têm sido promovidos com a intenção de postergar, mediar ou amenizar problemas ambientais, agora com características globais. Pode-se dizer que estamos vivendo um período de discussões globalizadas sobre o meio ambiente. O termo “novo ambientalismo” (Bursztyn, 2004) foi escolhido para definir esse novo patamar das discussões sobre ambientalismo, no qual a preocupação com a biodiversidade foi suplantada pela preocupação com a qualidade de vida dos homens, que é afetada diretamente pela forma como as sociedades interagem com o meio ambiente. Nesse início de milênio, o ambientalismo emerge culturalmente como um paradigma que exige uma mudança de postura nas mais diversas áreas do conhecimento e prática social (THEODORO *et al.*, 2005, p. 36).

Os autores trazem uma importante contribuição quando apresentam as mudanças de concepção sobre o meio ambiente, inicialmente voltadas para os problemas da biodiversidade. Com a nova concepção de ambientalismo, os problemas relativos à sobrevivência e qualidade de vida dos homens, foram priorizados nas discussões.

Na legislação brasileira, meio ambiente é o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas (BRASIL, 1981).

Theodoro *et al.* (2005), citando Mota (2000), argumentam que o meio ambiente pode ser melhor entendido quando analisado de forma sistêmica. Esse raciocínio fundamenta a sustentabilidade dos ativos naturais, pois permite que a análise ambiental seja feita de forma integradora, tendo em vista que os entes da natureza estão em constante processo de interação.



Neste sentido, Sánchez (2008) traz uma importante contribuição e esclarecimento quanto à ampliação do conceito de ambiente:

Por um lado, ambiente é o meio de onde a sociedade extrai os recursos essenciais à sobrevivência e os recursos demandados pelo processo de desenvolvimento socioeconômico. Esses recursos são geralmente denominados naturais. Por outro lado, o ambiente é também um meio de vida, de cuja integridade depende a manutenção de funções ecológicas essenciais à vida. Desse modo, emergiu o conceito de recurso ambiental, que se refere não mais somente a capacidade da natureza de fornecer recursos físicos, mas também de prover serviços e desempenhar funções de suporte a vida (SANCHEZ, 2008, p. 21).

Por outro lado, outros conceitos apresentados por Sánchez (2008) são poluição, degradação e impacto ambiental. Durante algum tempo, a ideia de ‘poluição’ predominou no debate sobre temas ambientais, “mas a complexidade dos problemas do meio ambiente mostrou que esse conceito era insuficiente para dar conta de um sem-número de situações. Foi quando se consolidou a ideia de ‘impacto ambiental’, ao longo dos anos de 1970” (SANCHEZ, 2008, p. 18).

A exploração da natureza e da sociedade leva ao surgimento de disputas e conflitos pelo direito de acesso, pela apropriação e pelo uso dos recursos ambientais (ACSELRAD, 2004). Neste sentido, estudar os conflitos socioambientais do turismo de segunda residência na vila de Barra Grande, em Vera Cruz, Bahia, se constitui num desafio diante da necessidade de analisar as interações entre os atores sociais envolvidos naquele território, bem como as consequências oriundas para o meio ambiente.

Diante disso, é importante discutir a relação entre o turismo e os problemas socioambientais, a partir da compreensão de como tem se dado o planejamento e a gestão ambiental da zona costeira no município de Vera Cruz e Vila de Barra Grande.

3.1 GESTÃO DO TURISMO EM VERA CRUZ

O Estado da Bahia dividiu sua área turística em 13 zonas, devido a sua grande extensão. A Ilha de Itaparica faz parte da Zona Turística Baía de Todos os Santos, e seu principal diferencial é a proximidade com a capital, Salvador, tornando-se, por isso, um dos destinos do turismo de segunda residência no Estado. Vera Cruz, um dos municípios da Ilha, enfrenta alguns desafios para o incremento do turismo sustentável na localidade.

O poder público municipal possui importante responsabilidade para a gestão dos múltiplos recursos para o desenvolvimento do turismo nos municípios. Os gestores de Vera Cruz compreendem a importância do turismo para o município, inclusive economicamente, ao mesmo tempo em que buscam garantir oportunidades de melhorias na infraestrutura turística e no receptivo, além de lidar



com desafios de questões complexas como o gerenciamento dos resíduos sólidos e a poluição sonora, gerados pelo turismo de segunda residência.

O secretário de meio ambiente, turismo, esporte e cultura de Vera Cruz, com formação acadêmica em Turismo e Cultura, trouxe uma visão sistêmica para as pastas, bem como uma atuação interdisciplinar no município, como assim preconizam Theodoro *et al.* (2005) ao enfatizarem a necessidade da gestão em buscar soluções negociadas com os outros atores sociais, considerando a necessidade de uma abordagem integrada, que possibilite uma gestão mais harmônica dos recursos.

Com isso, a Secretaria de Meio Ambiente, Turismo, Esporte e Cultura de Vera Cruz (SEMATEC) busca apoio financeiro junto ao Governo Federal para, dentre outras ações, realizar a requalificação da Orla de Mar Grande, sede do município.

Aliado a isso, outros parceiros como a Universidade Federal da Bahia (UFBA), através da escola de Administração (Grupo de Economia Solidária), realizaram juntamente com o *trade turístico*¹ e a sociedade civil, oficinas de produção ligadas ao turismo, bem como a identificação de quatro polos de desenvolvimento local: Mar Grande (Sede), Cacha Preggo (com potencial para o ecoturismo), Matarandiba (polo cultural) e Baiacu (polo histórico).

Segundo o secretário, um dos problemas atualmente enfrentados é a falta de planejamento das ações, tornando-se necessário a realização de um diagnóstico turístico, pois sem essa iniciativa, “*fica difícil diagnosticar os problemas*”, principalmente porque ainda estão utilizando diagnósticos antigos que dificultam identificar as principais carências.

A divisão municipal em quatro polos de desenvolvimento demonstra organização e planejamento da gestão pública municipal, mas por outro lado, deixa à margem outras regiões importantes para o turismo, a exemplo da vila de Barra Grande, que está fora do planejamento e da devida gestão, mesmo porque a própria secretaria afirmou que o diagnóstico da região estando desatualizado, dificultaria sem dúvidas verificar os problemas e carências locais, por isso, os instrumentos utilizados para definir tais áreas são extremamente questionáveis.

Neste sentido, com o intuito de delimitar ações para priorizar o desenvolvimento desses polos, a gestão local buscou o diálogo com o *trade*, em especial com as agências de turismo, Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL) e Associação Brasileira de Agentes de Viagens (ABAV), dentre outras.

Com essa iniciativa percebe-se a preocupação em realizar uma reestruturação na SEMATEC, buscando garantir melhorias na infraestrutura, no receptivo e em algumas questões como o lixo e a poluição sonora, através de parcerias e recursos federais. As parcerias com o *tradem*, assim como uma aproximação com a comunidade local, poderiam proporcionar uma atuação mais participativa

¹ Empresas e instituições que compõem o sistema do turismo.



no município, porém o que se observou apenas é que existe o anseio, sem que a ideia saia da etapa do planejamento.

A gestão apresenta pequenas reestruturações socioculturais na sede do município, como a do Centro de Cultura, que se tornou Complexo Cultural de Vera Cruz e o Mercado de Mar Grande que será transformado em outro Centro de Cultura Popular, Arte e Artesanato, inserindo elementos da gastronomia local, artesanato e apresentações culturais voltados para o turismo, em parceria com a iniciativa privada. Além dessas ações, outras foram também concretizadas pela SEMATEC como a criação de um Centro de Fiscalização e de quatro coordenações (Turismo, Cultura, Esportes e Meio Ambiente) que buscam concentrar a atenção no turismo e meio ambiente, através da implantação da Diretoria de Ordenamento e Infraestrutura Turística e do Centro de Fiscalização e Licenciamento, como se constata nas palavras do secretário:

A proximidade com Salvador proporciona uma atração turística para a Ilha, incentivando a sua economia”. Por conta da priorização da pasta de turismo, buscou-se trabalhar em três eixos: qualificação profissional, capacitação empresarial e integração econômica (Secretário de Turismo de Vera Cruz, 2014).

A divisão em coordenações como estabelecida, proporciona uma distribuição de atribuições entre as pastas, podendo tornar as ações mais eficientes no município. Isso demonstra uma preocupação e incentivo ao planejamento, etapa fundamental para uma atividade turística sustentável, porém, ainda insuficiente.

O secretário explicou que a pasta de desenvolvimento econômico tem o intuito de atrair investimentos para o município, bem como redes de hotéis, tendo em vista que atualmente *“prevalecem dois extremos: meios de hospedagem muito simples e baratos ou muito caros, como é o caso do Club Med; buscando assim hotéis intermediários, como os da bandeira IBIS”*.

Outro problema apresentado pelo gestor de turismo refere-se ao licenciamento. Foram suspensos todos os alvarás em funcionamento provisório, até que se concluam os processos de levantamento de dados, para em seguida realizar os licenciamentos. Nesse sentido, será feito o credenciamento das entidades pelo setor jurídico.

Os benefícios provenientes do turismo para Vera Cruz têm sido promissores pela nova forma de se pensar o planejamento, onde a secretaria prioriza a atração do turista e não do visitante² ou o residente de segunda residência, como acontece atualmente; pois *“o objetivo é que o turista não passe apenas o dia e depois retorne para Salvador, mas que permaneça na Ilha por mais de 24h, trazendo renda e movimentando a economia local”*.

² Está associado a excursionista, aquele que realiza a visita aos locais turísticos por um período inferior a 24h, sem a realização do pernoite.



Essa compreensão do gestor é importante, na medida em que o turista passa mais dias no município gerando renda para a comunidade, ao contrário do visitante que geralmente passa menos de 24 horas no local visitado, realizando um consumo mínimo, e às vezes gerando muito resíduo. A postura do gestor, neste sentido, está de acordo com um dos objetivos da Política Nacional de Turismo (BRASIL, 2008), que visa a ampliação dos fluxos turísticos, a permanência e o gasto médio dos turistas nacionais e internacionais no país, mediante a promoção e o apoio ao desenvolvimento turístico brasileiro, muito embora na localidade não se perceba nenhuma ação realizada para alcançar este objetivo, principalmente quanto a infraestrutura que poderia ser melhorada pelas condições precárias em que se apresenta.

Além disso, na visão do secretário, existem três equipamentos turísticos históricos que merecem destaque em Vera Cruz: a Igreja de Santo Antônio de Velasques (Mar Grande), as ruínas das Igrejas de Baiacu (Baiacu) e a de Nossa Senhora da Conceição (Conceição). Assim, considerando as péssimas condições de conservação desses equipamentos a SEMATEC propôs uma visita técnica ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e outros agentes, para a realização de uma Conferência Municipal do Turismo e criação do Fórum, do Fundo e do Conselho Municipal do Turismo, a fim de buscar a recuperação das igrejas em ruínas, com o intuito de torná-las potenciais atrativos turísticos.

Nessa perspectiva, segundo o gestor de turismo, a secretaria vem somando esforços no sentido de transformar o atual aeroclube de Vera Cruz em aeroporto para pequenos pousos e até mesmo voos provenientes de Salvador com destino a ilha, e para isso, já houve uma conversa com um dos senadores da República para verificar a viabilidade.

Sabe-se que, o turismo de sol e praia é uma alternativa importante para a economia de áreas localizadas na zona costeira e, no caso local, para que se alcance o sucesso desejado torna-se necessário realizar a divulgação do potencial da ilha em outras regiões do Brasil e até mesmo no cenário internacional. Com isso, os gestores estão criando um novo *slogan*, que fora lançado no Salão Baiano de Turismo: “Vera Cruz, Ilha de Itaparica, primeiro destino turístico do Brasil”. Através dessa estratégia, a SEMATEC busca melhorar a imagem do destino, bem como aumentar o fluxo turístico local.

Entretanto, o que se verifica de forma contundente é a grande dificuldade que o município enfrenta de gerir o alto volume de pessoas que frequentam a região na alta estação, pelo fato de vivenciar fortes problemas estruturais, sem antes tentar saná-los, fazendo com que as dificuldades de gerenciamento dos problemas se acentuem, tanto que segundo o secretário, dos problemas existentes o primeiro desafio a enfrentar é que “*Vera Cruz é um município para ser administrado para 35.000 habitantes, no entanto, em alguns períodos do ano, administramos em torno de 350.000 pessoas*”.



Pelo que se nota, praticamente seis meses do ano, a ilha passa a ter esse número de pessoas oriundas, principalmente, de Salvador e Santo Antônio de Jesus, em busca do turismo de sol e praia. O saldo negativo dessa procura, é que esse contingente populacional vem gerando problemas, como o excesso de resíduos sólidos, aliado à mudança do perfil socioeconômico dos visitantes da ilha, uma vez que *as classes A e B migraram para a Linha Verde, enquanto que as classes C, D, F, Z foram para a Ilha de Itaparica, gerando um turismo de massa, predatório e que tem destruído assustadoramente a ilha*".

Após realização de um sobrevoo na ilha, a secretaria concluiu que 75% de sua área ainda é constituída por mata virgem, e mesmo as áreas ocupadas em estado de degradação ambiental necessitam de ordenamento territorial. Diante desse cenário, a principal preocupação da SEMATEC passou a ser com a questão ambiental: *"É necessário investir numa gestão mais consciente, voltada para o patrimônio, a cultura e o turismo, em busca da sensibilização para a mudança de comportamento e atitude das pessoas, principalmente das crianças"*. Entretanto, mesmo havendo essa preocupação da gestão pública, o trabalho de campo realizado *in loco* sinalizou situação contrária na Vila de Barra Grande, face ao relativo abandono do meio ambiente.

Outra questão ressaltada, baseia-se no fato de que

Salvador está começando a se organizar, e as pessoas vem para a ilha bagunçar o que já está bagunçado". (...)“no réveillon, eu presenciei numa travessia, um carro que parecia uma favela montada, porque a criatura não conseguiu o licenciamento para comercializar em Salvador e veio de mala e cuia comercializar na ilha. E isso tem acontecido constantemente” (Secretário de Turismo de Vera Cruz, 2014).

Além disso, devido aos baixos salários pagos na prefeitura, torna-se difícil motivar e manter uma equipe fixa e permanente que dê prosseguimento aos projetos e atividades da SEMATEC. Para tentar sanar parcialmente esse problema, a referida secretaria busca trabalhar de forma integrada com outras secretarias:

Trabalhar a integração entre as secretarias e inclusive entre outros municípios, como por exemplo o de Itaparica, em que a secretaria de turismo de lá trabalha de forma integrada com a nossa (Secretário de Turismo de Vera Cruz, 2014).

É bom frisar, no entanto, que aqui existe um barrismo muito forte”, e geralmente os nativos trabalham com culturas identitárias bem locais, de cada habitat dele; raramente se autodenominam como Acampanha incentivando a valorização da cultura local (Secretário de Turismo de Vera Cruz, 2014).

A respeito da conscientização da comunidade para o desenvolvimento do turismo, verifica-se que ainda não há nenhuma ação efetiva neste sentido: *"existem alguns diálogos, por exemplo em Barra do Gil, onde o pessoal tem feito um trabalho de conscientização ambiental"*, mas a secretaria tem priorizado trabalhar com o *trade turístico*. Tem-se utilizado a metodologia da árvore de



problemas, a ser aplicada nas localidades para identificar, durante as reuniões, os problemas, suas causas e consequências. Essa metodologia além de ser rápida e eficaz, proporciona uma aproximação com a comunidade. Inicialmente será aplicada nos quatro polos e posteriormente nas demais áreas, mas diante dos graves problemas existentes em Barra Grande, ela parece se mostrar inoperante com aquelas comunidades que não participam dos quatro polos, mesmo tendo importância turística para o município.

Segundo informações, as barracas de praia serão destruídas e em substituição construídos quiosques fora da faixa de praia. Com essa requalificação, a SEMATEC irá trabalhar a metodologia citada utilizando um Termo de Ajuste de Conduta (TAC). A proposta envolverá dois *pits stops* e 40 kits praias em forma de saveiros, com uma produção associada ao turismo. *“A ideia é que no verão de 2015 esta proposta já esteja implementada”*, porque não se trata apenas de um investimento do município, trata-se, principalmente, de investimento integral da iniciativa privada, preocupada com os impactos econômicos das demolições das barracas, que será grande. Nesse intuito, *“eles querem que, antes da derrubada, já iniciem este tipo de comercialização; mas estamos fazendo um estudo/diagnóstico, para começar a fazer isso”*. Ademais, quase nada se comentou sobre os impactos socioambientais e os conflitos de interesses envolvidos nessa questão.

Em Vera Cruz, não se sabe ao certo o valor aproximado da arrecadação gerada pelo turismo, pois segundo o secretário *“quem souber, morre (risos)”*. A justificativa apresentada é que a secretaria ainda não tem trabalhado com indicadores de rendimentos, embora tenha buscado instrumentos para identificá-los. *“Agente está com geoprocessamento já aqui neste computador, tudo da CONDER³, onde vou ter o geoprocessamento do turismo na ilha e tudo vai ficar aqui no banco de dados”*. Presume-se que a partir do diagnóstico sociopolítico e ambiental da ilha, esse banco de dados será alimentado:

Eu acredito que no próximo semestre já estaremos com os quatro planos prontos: saneamento, limpeza, mobilidade e o diagnóstico turístico”, almeja o gestor. Isso será feito, segundo o gestor, “através de outro contrato, junto a SEDUR⁴, na ordem de R\$ 2.700.000,00 para a contratação de uma empresa de consultoria técnica, com uma equipe multidisciplinar, para a construção dos planos (Secretário de Turismo de Vera Cruz, 2014).

Quanto ao lixo e ausência de caixas coletoras adequadas nas localidades, acaba sendo um problema sério: *“como nós vamos pedir que as pessoas joguem o lixo em local apropriado, se nós não temos nem as caixas coletoras?”* Percebe-se, com essa afirmação o descaso e a ineficiência do setor público municipal no trato da questão, e bem assim na fiscalização e monitoramento. Além disso, os *contêineres*, dos condomínios deverão assumir essa responsabilidade, *“Então, estamos*

³ Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia.

⁴ Secretaria de Desenvolvimento Urbano.



tendo que trabalhar três linhas (em parceria com a secretaria de obras): os loteamentos, os moradores e os visitantes”.

Outra alternativa viável seria buscar junto às empresas, como a Nextel, uma contribuição para a minimização desse problema de forma mais imediata a fim de evitar possíveis impactos ambientais com a prática rotineira dessas ações que segundo Sánchez (2008), entende-se como a possível alteração da qualidade ambiental que resulta da modificação de processos naturais ou sociais provocada pela ação humana.

A avaliação da SEMATEC quanto a atividade turística em Vera Cruz remete ao retrocesso da Ilha de Itaparica, como um todo:

A ilha foi um dos primeiros destinos (da Bahia) e muitas gerações lembram da ilha de forma muito saudosa, bonita. E realmente nós tínhamos o que hoje o Litoral Norte tem. O deslocamento de turistas para o Litoral Norte e também para a Costa dos Coqueiros, fez com que diminuísse muito o fluxo de turistas de alto padrão para a ilha; alterou-se o perfil do turista. Tanto que estamos estudando uma Lei para cobrar uma taxa para o Turismo e Meio Ambiente (Secretário de Turismo de Vera Cruz, 2014).

Como se vê, conclui-se que a partir do impacto do turismo de massa, que é predatório, existe a necessidade de um replanejamento e uma reorganização da atividade turística na região.

3.2 GESTÃO DO TURISMO NA VILA DE BARRA GRANDE

O desenvolvimento do turismo em Barra Grande apresenta dificuldades oriundas da ausência de infraestrutura pelas poucas ações realizadas naquela localidade. A SEMATEC identificou em Barra Grande vários problemas, como o lixo e a poluição sonora, e outras situações que demonstraram a insatisfação dos comerciantes e moradores locais. Observou-se, portanto, que essa área ainda não está dentro dos polos prioritários de ação da secretaria municipal, mas entrará no processo de requalificação do Governo Federal. Até então, o que estão sendo garantidos são a qualificação profissional, a capacitação empresarial e pequenas intervenções de requalificação e ordenamento turístico.

Diante disso, é imperativa a necessidade de melhorias na infraestrutura turística de Barra Grande. A área de praia é de responsabilidade da União, sendo área da Marinha, ou seja, *“nós não temos responsabilidade com estas áreas; nosso papel é o ordenamento; então nosso papel hoje é demolir, construir fora dessa faixa”.*

Porém, o artigo 3º da Lei 11.771/2008, no seu parágrafo único, estabelece que

O poder público atuará, mediante apoio técnico, logístico e financeiro, na consolidação do turismo como importante fator de desenvolvimento sustentável, de distribuição de renda, de geração de emprego e da conservação do patrimônio natural, cultural e turístico brasileiro (BRASIL, 2008, p. 25).



Infere-se dessa situação que há uma transferência de responsabilidade no que pese aos cuidados necessários à gestão costeira. Os instrumentos que a gestão municipal vem utilizando para cobrar a atuação do poder público estadual e federal, para apoio na minimização e solução dos problemas e impactos socioambientais do turismo em Vera Cruz, demonstram-se insuficientes.

A propósito Yázigi (2007) faz uma denúncia acerca dos descuidos presenciados ao longo da costa brasileira. Infelizmente, a gestão pública tem negligenciado sua atuação em muitos municípios brasileiros, a exemplo do que se vivencia na Ilha de Itaparica, em particular.

A respeito das ações tomadas para melhoria da infraestrutura turística de Barra Grande, o secretário reafirma que sua prioridade são os quatro polos delimitados e que será realizada a requalificação em toda a orla do município: *“Na verdade, existe uma estrutura mínima, uma praça e algumas barracas de praia. A infraestrutura é remota e ainda precisa ser melhorada”*.

No tocante a limpeza das vilas e das praias de Barra Grande, embora seja de responsabilidade do governo municipal, há uma afirmativa do município pela sua manutenção; o trabalho da prefeitura e de sua secretaria é de varrição, sendo que é a Secretaria de Obras e Serviços públicos que cuida dessa questão.

Através das visitas de campo, percebeu-se outra realidade preocupante: pouca ou nenhuma varrição e limpeza das praias de Mar Grande e Barra Grande. Os moradores locais quando questionados sobre a limpeza das praias, informaram nunca terem presenciado a realização desse serviço em espaços de Barra Grande.

Na opinião de Albagli (2004) “cada território é produto da intervenção e do trabalho de um ou mais atores sobre determinado espaço”, é neste aspecto que as figuras mostram o descuido não apenas dos gestores públicos com este território, como também dos outros atores sociais que parecem não se incomodar com o problema dos resíduos sólidos na região, demonstrando uma desarticulação entre eles.

O município não possui um diagnóstico sobre a procedência do turista de Barra Grande, mas segundo as informações a prefeitura precisa solicitar junto à UFBA um levantamento para obter esses dados, embora já exista a possibilidade de cadastramento dos empreendimentos turísticos junto ao CADASTUR⁵ para ter um curso para os empreendedores. Foram realizados três encontros com o *trade* e a participação tem sido pequena, principalmente entre os proprietários dos meios de hospedagem: *“uma parte, nós fizemos um pacto e eles estão participando bastante; a outra está se sentindo envergonhada (por ver as mudanças), e não está nem vindo mais para os encontros”*.

⁵ Sistema de Cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atua no setor do turismo. Executado pelo Ministério do Turismo, em parceria com os Órgãos Oficiais de Turismo nos 26 Estados do Brasil e no Distrito Federal, permite o acesso a diferentes dados sobre os Prestadores de Serviços Turísticos cadastrados.



A secretaria assume uma parcela de culpa, com a falha no sistema de comunicação e afirma que o diagnóstico irá ajudar, pois terão informações atualizadas para apresentar à sociedade. Um dos problemas é a descrença da comunidade na resolução dos problemas, a partir das reuniões.

Por outro lado, o turismo de segunda residência em Barra Grande tem se mantido estável (quanto ao fluxo) e não aumentou, podendo até ter havido um decréscimo. É importante salientar, que a gestão não possui dados oficiais sobre a situação desse tipo de turismo no município, por falta de um diagnóstico turístico mais preciso:

Os donos de segunda residência vinham muito para cá quando encontravam a ilha como ela era em 1980, e com a mudança do perfil socioeconômico das pessoas que hoje visitam a ilha, fez com que esses proprietários preferissem alugar suas casas ou até mesmo mantê-las fechadas, devido também a desvalorização desses imóveis (Secretário de Turismo de Vera Cruz, 2014).

Os impactos desse segmento do turismo são socioambientais e econômicos. A esse respeito, Rodrigues (2002) questiona se “pode ser sustentável um espaço cujo consumo é destrutivo? Contrariando a tese da autora, o gestor acredita que:

Se essas áreas que hoje estão ocupadas por segundas residências fossem ocupadas por hotéis intermediários verticalizados, como o Íbis, por exemplo, com 100 unidades habitacionais, poderiam estar gerando em torno de 30 empregos cada um. Com a horizontalização dos condomínios, esse número cai para cinco ou dez funcionários. Sem contar que as pessoas que iriam se hospedar irão consumir, fazendo girar a economia local, beneficiando toda a cadeia produtiva (Secretário de Turismo de Vera Cruz, 2014).

Na concepção da gestão pública municipal *“as segundas residências envolvem um dos maiores problemas que é o lixo. Porque num hotel ele tem uma legislação que prevê a incineração, o condicionamento e o transporte do lixo; já o morador não, passa toda a responsabilidade para a gestão municipal e hoje o maior impacto na ilha chama-se: segunda residência”*. A segunda residência é apresentada como *“um grande problema”* porque expandiu-se de forma desordenada e sem planejamento. *“Segundo dados da secretaria de planejamento, passaremos de uma população de 35.000 para 350.000 habitantes efetivos, com o advento da ponte (Salvador – Ilha de Itaparica), em que essas pessoas se tornarão realmente residentes”*.

Essa justificativa sugere uma visão elitista da gestão pública e não resolve os problemas que o município enfrenta. Santos (2006) afirma que o espaço é resultante do conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações. Portanto, é importante que a gestão pública estabeleça estratégias conjuntas com os outros atores sociais para minimizar os impactos apresentados e melhorar a qualidade de vida da comunidade local e turistas. O secretário conclui a entrevista afirmando que *“a ponte vai sair porque é interesse do Estado e ela será construída pela iniciativa privada”*. Já existem 04 empresas interessadas, porque a mesma será pedagiada.



Com isso, provavelmente a ilha irá passar por outros impactos significativos, como os já presenciados em outras regiões litorâneas, absorvidas pela especulação imobiliária, fazendo com que a comunidade local seja excluída do processo de crescimento e posta nas periferias.

Percebe-se que são grandes os desafios da pasta de Turismo e Meio Ambiente para a concretização de um turismo sustentável. Prevalece ainda um eficiente planejamento versus a ausência da implementação de ações de gestão integrada, descentralizada e participativa que priorizem a minimização dos graves problemas encontrados na região, como a falta do gerenciamento de resíduos sólidos, precariedade da infraestrutura turística do município e desarticulação com os outros atores sociais, referenciados no PNGC.

3.3 GESTÃO AMBIENTAL NA VILA DE BARRA GRANDE

Existem várias lideranças em Barra Grande que fazem um trabalho intenso de serviços públicos, cobrando da gestão as suas devidas obrigações. Assim, quanto às ações e projetos ambientais,

o que a gente tem feito por Barra Grande é o que temos feito por Vera Cruz como um todo; esse trabalho de incluir Barra Grande como localidade com sua diversidade, e todo esse trabalho de Educação Ambiental, que nós estamos no planejamento tentando implementar; mas especificamente nada, a não ser que haja uma denúncia, nós vamos lá, seja poluição sonora, seja lançamento de resíduos, o que for, vamos lá e atuamos; mas o planejamento de lá, você vai encontrar com a associação de Barra Grande; o que tem de planejamento e desenvolvimento lá é isso (Diretora de Meio Ambiente de Vera Cruz, 2014).

Em visita de campo à Barra Grande, constatou-se o descaso dos atores sociais locais com os problemas do município. Embora a gestão enfatize a importância da associação de moradores para o planejamento local, na prática isso não está existindo por falta de instrumentos e apoio da gestão pública.

A sede da associação que começou a ser construída, e encontra-se abandonada, causa desmotivação à comunidade por falta de um espaço físico para as reuniões e outras discussões sobre os problemas e demandas de interesse local. Uma das reclamações recorrentes pauta-se na promessa feita pelos gestores de apoio financeiro para construção da referida associação, até então não concretizada.

Dessa forma, o discurso do poder público local apresenta uma estratégia muito comum nas gestões municipais: transferência de responsabilidade de gestão para a comunidade sem proporcionar as condições mínimas para que isso aconteça. Essa estratégia tem gerado conflitos com a comunidade que está desacreditada na gestão municipal. Aliado a isso, os problemas ambientais identificados na vila de Barra Grande são semelhantes aos encontrados em outras localidades:

Existe lançamento de efluentes domésticos, ou ausência de saneamento, porque inclusive o nosso sistema de esgotamento sanitário não chega até nosso território; não existe hoje um



projeto propriamente dito pra que a gente trate esse efluente. Então esse pessoal tem muito aquele sistema de fossa séptica e essa fossa não tem nenhuma tecnologia que garanta que não haja uma contaminação do lençol freático. Ali há lançamento de resíduo sólido, lançamento de materiais inorgânicos nas areias; então tá lá depositado nas areias, que vem com as correntes marítimas e o próprio turismo em massa que vem e lança esse material e não tem nenhuma consciência (Diretoria de Meio Ambiente, 2014).

A diretora compreende que é importante

Conhecer os sete biomas do Brasil, mas o bioma que temos que conhecer melhor é a Mata Atlântica, conhecer o que é a ilha, o que é o manguezal, recife de coral, o que são as nascentes hidrominerais, os rios, as bacias, os males que nós causamos a esses ambientes, de que forma usar esses ambientes. Mas só que temos uma coletividade, que apresenta hoje um descaso, que é a questão, por exemplo, do lançamento de efluentes (...) e nós encontramos uma cadeia sucessiva de degradadores, e aí, como fazer para intervir? Então, tem que haver uma troca; haja recurso, haja planejamento antes do recurso, haja intervenção nossa nesse planejamento (Diretora de Meio Ambiente, 2014).

Nota-se, em Barra Grande, a deficiência de serviços públicos importantes, como o saneamento básico, por exemplo, fazendo com que a comunidade local não tenha outra alternativa a não ser lançar indevidamente os efluentes na própria natureza causando impactos ambientais decorrentes da ausência desses serviços.

Além disso, acrescenta a entrevistada,

Tem também o pessoal que explora o espaço das areias, por exemplo, então tem comerciantes que estão ali nas areias das praias, mas não tem o mínimo de consciência de que tem que separar aquele resíduo, que tem que ter um recipiente. Mas nós temos colocado uma Instrução Normativa, que são instruções para esses barraqueiros, explicando de que forma deve ser hoje utilizado aquele espaço; então, tem que ser limpo durante o uso dele; ele chegou, ele limpou; tem que manter limpo, quando ele sai, ele tem que limpar... (Diretora de Meio Ambiente, 2014).

Quanto às ações adotadas para minimizar os problemas existentes, tem-se a *“Instrução Normativa, notificações, enfim, empoderamento das lideranças locais, para que elas possam atuar em seus territórios livremente”*.

Segundo Ávila (2009), a premissa básica do conceito de sustentabilidade é o do reordenamento das relações entre a sociedade e o meio físico, procurando novas formas de resolução dos conflitos existentes entre os homens e a natureza.

Dessa forma, o envolvimento e participação da comunidade tornam-se cada vez mais necessário para a minimização dos impactos decorrentes de ações indevidas no meio ambiente. Para tanto, é preciso o envolvimento dos atores sociais em um planejamento sustentável integrado. Pode-se dizer que isso se constitui numa questão de cidadania:

O conceito de sustentabilidade coloca a natureza como cultura apropriada pelo homem, socializada, e assim indica como fundamental a incorporação da noção de cidadania, na qual



as pessoas não se submetem, mas participam das decisões sobre suas vidas e seus espaços, dividindo benefícios e responsabilidades, dentro de um processo de inclusão e justiça social (ÁVILA, 2009, p. 28).

É interessante observar que existem alguns mecanismos encontrados pela gestão para controlar as ações ambientais predatórias dos comerciantes, muito embora ainda esteja no processo educativo esperando a compreensão das pessoas. *“A partir de que a gente percebe que não há uma compreensão, não há uma transformação, aí a gente já pensa num processo punitivo, que são as multas; mas a princípio, entendemos que estamos muito aquém do que devemos atuar na questão da Educação Ambiental”.*

A gestora reconhece a insuficiência da Instrução Normativa no processo de transformação e conscientização da coletividade, sendo necessárias outras intervenções: *“A partir do momento que você disponibiliza todas essas intervenções a esses públicos, aí eu acredito que haja uma transformação; se não houver, obviamente que nós devemos utilizar esses mecanismos punitivos, que são as multas e outras mais”.*

Existem outros impactos em Barra Grande, a exemplo da erosão costeira decorrente da dinâmica das marés. Além disso, existem outras políticas que não dependem apenas do município, como nas notificações emitidas pelo Ministério Público Federal, tipo a que ocorreu ensejando a derrubada das barracas de praias e quiosques, buscando adequações, quando possível. *“Manutenção de impactos, como por exemplo contenções ou não, porque isso aí demanda análise técnica, que vai fazer o estudo e o traçado da maré; (...) fazer algumas contenções para minimizar os impactos de maré na área ocupada”.*

Em Barra Grande predomina a precariedade da coleta seletiva, limpeza e manutenção das praias, sendo que catadores realizam esse trabalho:

A coleta seletiva existe, digamos, de algumas pessoas que fazem isso, que separam o seu lixo em sua casa, seu resíduo, que hoje não se fala mais em lixo, é resíduo; mas nas praias mesmo, eu não conheço planejamento de limpeza, porque isso não é da nossa pasta, e sim da Secretaria de Obras (Diretora de Meio Ambiente, 2014).

Por outro lado, pondera a diretora que, *“mas a gente sabe que hoje tem um planejamento, tem todo um mapeamento dessa área, então, é com carroças, tem uma equipe de impacto que vai e limpa, mas tem a questão das correntes; tem os períodos que você pode limpar, e tem outros períodos que não dá por conta do vento, da maré; enfim, existe uma infinidade de situações que não tem como você remover; então esse material vem e vai”.*

Observa a diretora que *“Salvador também deveria se transformar para que a gente garantisse uma areia de praia aqui em Vera Cruz com mais qualidade; mas a gente recebe muito resíduo vindo de Salvador, que não deveria estar na areia das praias”.*



Embora haja a mobilização de materiais provenientes de Salvador pelas correntes marinhas, devido a sua proximidade com a Ilha de Itaparica, a quantidade de resíduos sólidos encontrados na vila e nas praias de Barra Grande é depositada pelos atores sociais envolvidos com o turismo.

Com isso, verifica-se a dificuldade da gestão em manter as praias limpas, apesar de ser essa uma responsabilidade de todos os atores envolvidos no processo. Por outro lado, observa-se também uma inoperância da gestão municipal através da falta de ações que possibilitem a redução destes impactos, como ampliação da educação ambiental, sinalização educativa nas praias e lixeiras.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O meio ambiente pode ser melhor compreendido quando analisado de forma sistêmica. Esse entendimento fundamenta a sustentabilidade dos ativos naturais, pois permite que a análise ambiental seja feita de forma integradora, tendo em vista que os entes da natureza estão em constante processo de interação.

Em relação às questões socioambientais, notou-se a reclamação dos turistas quanto aos problemas de infraestrutura básica, associados a precariedade dos serviços de limpeza pública, coleta de lixo, saneamento básico e sujeira nas praias.

Evidenciou-se duas realidades distintas na Vila de Barra Grande: uma em que o turismo contribui para a geração de trabalho e renda na comunidade, e a outra que retrata o agravamento dos impactos socioambientais decorrentes, principalmente, do excesso de resíduos sólidos gerados pelo turismo desordenado, pois os resultados mostram a necessidade de ampliação da atuação da gestão pública na vila de Barra Grande, principalmente quanto à melhoria da infraestrutura turística e dos serviços de limpeza e coleta do lixo, especialmente nas praias.

Outro aspecto relevante é a ausência de envolvimento dos atores sociais nos problemas socioespaciais do território costeiro da Vila de Barra Grande. O estudo mostra que existe uma desarticulação entre os referidos atores, gerada pela ausência de organização coletiva e de ações integradas voltadas para o turismo e o meio ambiente, dificultando a efetivação de um turismo sustentável.

Resultado disso, é que os turistas reconhecem os problemas causados pelo turismo na localidade, tem uma boa convivência com a comunidade, mas não assumem a sua cota de responsabilidade com a preservação e cuidado com os espaços que desfrutam. Percebe-se, dessa forma, que esse perfil de turista de segunda residência de Barra Grande não tem contribuído efetivamente para ampliar a aproximação e articulação entre os atores sociais locais, em busca de um turismo sustentável.

Tanto o município de Vera Cruz, quanto a Vila de Barra Grande, necessitam do ordenamento político-administrativo por meio da atuação dos gestores públicos, da efetivação de políticas



regulatórias e de ações sistêmicas que promovam o bem-estar social, através de uma gestão ambiental compartilhada e, com isso, o turismo sustentável apresenta-se como uma alternativa para os municípios costeiros, responsabilmente, atenderem as necessidades de preservação ambiental e sociocultural dos espaços onde se desenvolve.

Neste sentido, a formalização de parcerias que contemplem o uso dos instrumentos legais e de outras técnicas menos ortodoxas, para a promoção de uma educação ambiental, pode viabilizar novos arranjos, que deverão reverter-se em conquistas sociais, ambientais, políticas, culturais, éticas e, obviamente, econômicas.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. (Org.) **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, Relume/Dumará, 2004.

ALBAGLI, Sarita. Território e territorialidade. In: LAGES, Vinícius, et al.. **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Brasília, DF: SEBRAE, 2004.

ÁVILA, Marco Aurélio (Org.). **Política e planejamento em cultura e turismo**. Ilhéus: Editus, 2009.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 6.938**, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Leis Federais. Disponíveis em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil>>. Acesso em: 15 dez. 2013.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 11.771**, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e dá outras providências. Leis Federais. Disponíveis em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil>>. Acesso em: 15 dez. 2013.

BREVE Memorial Descritivo. **Informações Sobre o Município de Vera Cruz**. Disponível em: <<http://www.veracruz.ba.gov.br>>. Acesso em: 12 set. 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=293010>>. Acesso em: 10 out. 2014

RODRIGUES, Arlete Moysés. A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental. In: YÁZIGI, Eduardo (Org.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

SANCHÉZ, Luís Henrique. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. 2. Reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

THEODORO, Suzi Huff (Org.). **Mediação de conflitos socioambientais**. – Rio de Janeiro: Geramond, 2005.



VERA CIDADE (Revista). **A riqueza natural e do povo de Vera Cruz**. Projeto especial de Marketing do jornal A Tarde em co-produção com a Prefeitura de Vera Cruz (PMVC), publicado em 31/07/2011), Salvador, Bahia.

YÁZIGI, E. O litoral como patrimônio natural e cultural. In: _____. **Turismo e patrimônio cultural**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2007. p. 123 - 130.